



**PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA**

**ATA DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA NA
30ª VARA DO TRABALHO DE BELO HORIZONTE – MG**

**JUÍZA TITULAR DA VARA DO TRABALHO:
CLARICE DOS SANTOS CASTRO**



**Criação: Lei nº 8.432, de 11-6-1992
Data da instalação: 14-5-1993
Data de Implantação do PJ-e: 24-3-2015**

Jurisdição: Belo Horizonte.

Edital de Correição divulgado no D.E. da Justiça do Trabalho em 1º-6-2017, p. 1.



ATA DE CORREIÇÃO

Às 8 horas do dia treze de junho de 2017, o Excelentíssimo Desembargador Dr. **César Pereira da Silva Machado Júnior**, Vice-Corregedor do Tribunal Regional do Trabalho da Terceira Região, deu início à Correição Ordinária na 30ª Vara do Trabalho de Belo Horizonte, situada na Avenida Augusto de Lima, nº 1.234 – 8º andar, na forma do disposto nos artigos 682, XI, da CLT, e 30, I, do Regimento Interno, sendo recebido pela MM. Juíza do Trabalho Titular da Vara, Dra. **Clarice dos Santos Castro**; pela Secretária da Vara do Trabalho, Sra. Nildes de Oliveira Freitas; pelos servidores Andréa Cantini Santos, Daisy Carla de Oliveira Silva, Gardenia Silva Vieira, Marcell de Fátima Pereira, Nilce Apolinária dos Santos, Rosemeire Alves Carvalho e Sara Alves Leite Praça; pelo estagiário Luiz Henrique Rocha Pereira. Ausentes as servidoras Luciana Coelho de Freitas e Regina Célia Sardi de Almeida, ambas em licença médica.

Iniciada a correição no horário acima registrado, o Excelentíssimo o Desembargador Vice-Corregedor examinou:

1. REGISTROS CONSTANTES DA SECRETARIA DA VARA

1.1. PROTOCOLO DE RECLAMAÇÕES – Das informações de distribuição, excluídas as cartas precatórias recebidas, consta o registro de 739 processos eletrônicos, distribuídos neste ano até o dia 11-6-2017, apurando-se a média de 8,12 processos por dia útil.

1.2. CARTAS PRECATÓRIAS RECEBIDAS – A Vara recebeu 77 cartas precatórias até a presente data, neste ano, das quais 7 foram devolvidas para os juízos deprecantes, conforme consulta realizada junto aos sistemas da Secretaria.

1.3. CARTAS PRECATÓRIAS EXPEDIDAS – A Vara expediu 63 cartas precatórias até a presente data, neste ano, das quais 19 foram devolvidas pelos juízos deprecados, conforme consulta efetuada no sistema e-Gestão.

1.4. REMESSA DE PROCESSOS AO TRT – Existe o registro de 383 autos de processos na Instância Superior, sendo que desses, 207 processos foram remetidos no presente ano, até esta data.

1.5. CARGA PARA A MERITÍSSIMA JUÍZA DO TRABALHO – Há 113 autos de processos com carga, dentre eles há 32 processos com excesso de prazo para prolação de decisão/sentença para a Dra. Clarice dos Santos Castro, abaixo relacionados:

Autos dos processos do Pje:

RTOrd 0010308-94.2016.5.03.0109 - 03/05/2017

RTOrd 0010372-07.2016.5.03.0109 - 19/05/2017

RTSum 0010313-82.2017.5.03.0109 - 17/04/2017

RTSum 0010319-89.2017.5.03.0109 - 17/04/2017

RTSum 0011849-65.2016.5.03.0109 - 18/04/2017

RTSum 0010323-29.2017.5.03.0109 - 25/04/2017

RTSum 0010809-48.2016.5.03.0109 - 02/05/2017



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA

RTSum 0010090-32.2017.5.03.0109 -05/05/2017
RTOOrd 0010145-17.2016.5.03.0109 - 08/05/2017
RTSum 0010403-90.2017.5.03.0109 -10/05/2017
RTOOrd 0010336-62.2016.5.03.0109 - 11/05/2017
RTOOrd 0011777-78.2016.5.03.0109 - 07/06/2017
RTOOrd 0010215-34.2016.5.03.0109 - 04/04/2017
RTSum 0010180-40.2017.5.03.0109 - 04/04/2017
RTOOrd 0011404-81.2015.5.03.0109 - 04/04/2017
RTOOrd 0010254-31.2016.5.03.0109 - 17/04/2017
RTOOrd 0010268-15.2016.5.03.0109 - 18/04/2017
RTOOrd 0010242-80.2017.5.03.0109 - 19/04/2017
RTSum 0010363-11.2017.5.03.0109 - 24/04/2017
RTSum 0011941-43.2016.5.03.0109 - 24/04/2017
RTOOrd 0010097-24.2017.5.03.0109 - 24/04/2017
RTOOrd 0010099-91.2017.5.03.0109 - 24/04/2017
RTOOrd 0011365-84.2015.5.03.0109 - 25/04/2017
RTSum 0010065-19.2017.5.03.0109 - 26/04/2017
RTSum 0011776-93.2016.5.03.0109 -03/05/2017
RTSum 0010622-40.2016.5.03.0109 -08/05/2017
RTSum 0010070-41.2017.5.03.0109 -11/05/2017
RTOOrd 0010334-92.2016.5.03.0109 -11/05/2017
RTSum 0010072-93.2017.5.03.0017 - 01/05/2017

Autos dos processos físicos:

01714/14 – 07/04/2017
01997/14 – 04/05/2017
01138/14 - 09/05/2017

1.6. CARGA PARA ADVOGADOS – Existem 38 autos de processos físicos com carga, das quais 21 vencidas e cobradas.

1.7. CARGA PARA PERITOS – Constatam 10 autos de processos físicos com carga, das quais 2 vencidas e cobradas. Analisando o sistema do PJe, constatou-se que existem 520 processos pendentes para exame de peritos.

1.8. MANDADOS EXPEDIDOS – Constatam 50 mandados expedidos em processos físicos e 174 expedidos no PJe no ano em curso, dentre os quais 7 pendentes de cumprimento em processos físicos e 112 mandados pendentes de cumprimento no PJe, no prazo.

1.9. REMESSA DE PROCESSOS AO SERVIÇO DE CÁLCULOS JUDICIAIS – Há 13 autos de processos com carga para o Serviço de Cálculos Judiciais, todos no prazo.

1.10 PROCESSOS ADIADOS *SINE DIE* – Em consulta ao sistema informatizado da Secretaria da Vara, constatou-se a existência de 76 processos *sine die*, incluindo aqueles constantes da listagem de processos na fase de conhecimento sem audiência marcada.

1.11. PROCESSOS AGUARDANDO SENTENÇA NA FASE DE CONHECIMENTO - segundo dados do sistema e-Gestão, dados até o dia 11-6-2017, existem 98 processos aguardando sentença, conforme consta dos itens 62 e 90062.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA

FASE DE CONHECIMENTO (de 1º-1-2017 até 11-6-2017)

(fonte: e-Gestão)

FASE	Situação	Quantidade de processos
CONHECIMENTO	Aguardando primeira audiência (item 60)	1
	Aguardando primeira audiência (item 90060)	158
	Aguardando encerramento da instrução (item 61)	85
	Aguardando encerramento da instrução (item 90061)	681
	Processos conclusos para sentença de conhecimento (item 35)	18
	Processos conclusos para sentença de conhecimento (item 90035)	326
	Processos aguardando cumprimento de acordo (item 66)	69
	Processos aguardando cumprimento de acordo (item 90066)	267

1.12. PROCESSOS EM FASE DE EXECUÇÃO – Existem 1.221 processos em fase de execução, assim discriminados:

- a) 1.178 execuções trabalhistas, constantes dos itens 99 e 90099;
- b) 40 processos arquivados provisoriamente, conforme itens 103, 327, 90103 e 90327;
- c) 3 execuções de contribuição previdenciária, de acordo com os itens 102 e 90102.

Os dados foram extraídos do Boletim Estatístico da Vara, sistema e-Gestão, de 1º-1-2017 até 12-6-2017.

Em relação às Varas do Trabalho de Belo Horizonte, no ano 2016, cuja média de processos em fase de execução foi de 1.832, constatou-se que a Vara do Trabalho está com número de processos em fase de execução abaixo da média.

A taxa de congestionamento na fase de execução - 1º grau, indicador nº 14 do Plano Estratégico TRT 3ª Região, foi de 75,51% em 2016. A meta estabelecida para este indicador em 2017 é de 66%.

1.13. PROCESSOS INCIDENTAIS À FASE DE EXECUÇÃO: de acordo como sistema e-Gestão, dados de 11-6-2017, existem 13 processos, conforme se apurou dos itens 117, 90117, 124, 90124, 131, 90131, 144, 90144, 150, 90150, 156, 90156, 162, 90162, 168 e 90168.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA

2. PROCESSOS EXAMINADOS – Foram examinados, conforme discriminação a seguir, por amostragem, autos de processos em tramitação e arquivados na Vara do Trabalho quanto à observância do ordenamento jurídico, o cumprimento dos atos, despachos, ordens e recomendações do colendo Tribunal Superior do Trabalho, da Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho, da Direção do Tribunal e da Corregedoria Regional.

Na pauta do dia 13-6-2017 havia 14 processos:

- a) procedimento sumariíssimo:** 5 processos;
- b) procedimento ordinário:** 5 processos;
- c) instrução:** 4 processos.

Foram examinados os autos dos processos 0010640/17, 0010641/17, 0010655/17, 0010669/17, 0010672/17, 0010673/17, 0010674/17, 0010350/17, 0010281/17 e 0010348/17.

RESULTADO – examinados os autos, constatou-se:

- 0010669/17, 0010672/17, 0010673/17, 0010674/17, 0010350/17: processos sujeitos ao procedimento sumariíssimo com designação de audiência com prazo superior a 15 dias.

Observando os dados da pauta de hoje e confrontando com a pauta da semana da correição, verificou-se que não havia processo na fase de execução para tentativa de conciliação.

2.1. CARTAS PRECATÓRIAS RECEBIDAS; PROCESSOS ADIADOS *SINE DIE*; PROCESSOS SOLUCIONADOS MEDIANTE CONCILIAÇÃO; PROCESSOS JULGADOS; PROCESSOS EM FASE DE EXECUÇÃO e PROCESSOS ARQUIVADOS.

Exame dos autos dos processos do Pje: 0010493/17, 0010490/17, 0010511/17, 0010471/17, 0010469/17, 0010376/17, 0010420/17, 0010610/16, 0010516/17, 0010609/17, 0010630/15, 0010646/15, 0010665/15, 0010806/15, 0010049/16, 0010397/16, 0011309/15, 0011178/15, 0011449/15, 0010299/15, 0010206/16, 0011766/16, 0011811/16, 0010621/15, 0011662/16, 0011883/16, 0010870/16, 0010665/16, 0011327/16, 0011909/16, 0011915/16, 0011126/15, 0010108/17, 0010568/17, 0010616/17, 0010169/17, 0010695/16, 0010090/16, 0010222/17, 0010712/15, 0010252/16, 0011263/16, 0011561/16, 0010133/16, 0011374/15, 0010441/15, 0010392/16, 0010735/16, 0010367/16, 0010513/16, 0010705/16, 0011614/16, 0010137/17, 0010125/17, 0010238/17, 0010401/17, 0010595/17, 0010569/17, 0010452/17, 0010512/17, 0010483/17, 0010582/17, 0010369/17 e 0010310/17.

Foram examinados os autos dos processos físicos: 01244/14, 01342/14, 01090/14, 00752/14, 00950/14 e 00136/15.

RESULTADO – examinados os autos, constatou-se:

- 0010108/17, 0010568/17, 0011909/16, 0011915/16, 0011662/16, 0010169/17, 0010695/16, 0010222/17, 0011561/16, 0010238/17, 0010401/17, 0010595/17, 0010452/17 e 0010582/17: processos sujeitos ao procedimento sumariíssimo com designação de audiência com prazo superior a 15 dias;



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA

- 0010493/17: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – despacho – Id f1602588 (sem movimentação há mais de 30 dias);
- 0010490/17: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – despacho – Id c334461 (mais de 30 dias);
- 0010511/17: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – despacho – Id 2ecd7ae (mais de 30 dias);
- 0010471/17: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – despacho – Id bc35307 (mais de 30 dias);
- 0010469/17: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – despacho – Id 715eac5 (mais de 30 dias) e Id 715eac5 (sem movimentação há mais de 10 dias);
- 0010376/17: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – despacho – Id 89afb52 (sem movimentação há mais de 60 dias);
- 0010420/17: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – cumprimento – Id db56f9d (mais de 20 dias) e impulso oficial – Id 1a2347d2 (sem movimentação há mais de 10 dias);
- 0010610/17: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – despacho – Id 0d44707 (mais de 10 dias) e cumprimento – Id 0d44707 (sem movimentação há mais de 10 dias);
- 0010609/17: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – despacho – Id a825c4e (mais de 20 dias);
- 0010206/16: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – impulso oficial – Id 500f831 (mais de 60 dias);
- 0011766/16: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – impulso oficial – Id d037224 (sem movimentação há mais de 30 dias);
- 0011811/16: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – impulso oficial – Id dbc2760 (sem movimentação há mais de 60 dias);
- 0010169/17: excesso de prazo na prolação de sentença – Id b250c86 (mais de 30 dias) – Dra. Clarice dos Santos Castro;
- 0010695/16: excesso de prazo na prolação de sentença – Id 7c18c85 (mais de 30 dias) – Dra. Clarice dos Santos Castro;
- 0010090/16: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – despacho – Id f05943f (mais de 30 dias);
- 0010222/17: excesso de prazo na prolação de sentença – Id 8c033a2 (mais de 30 dias) – Dra. Clarice dos Santos Castro;



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA

- 0010712/15: excesso de prazo na prolação de sentença – Id bdef299 (mais de 30 dias) – Dra. Clarice dos Santos Castro;
- 0011263/16: excesso de prazo na prolação de sentença – Id 4f58048 (mais de 30 dias) – Dra. Clarice dos Santos Castro;
- 0011561/16: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – despacho – Id 66df2c7 (mais de 30 dias);
- 0010133/16: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – despacho – Id a2f8228 (mais de 10 dias);
- 0011374/15: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – impulso oficial – Id a90113f (mais de 30 dias) e Id 475e6bf (sem movimentação há mais de 60 dias) e cumprimento – Id 0603ce0 (mais de 20 dias);
- 0010441/15: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – impulso oficial – Id 48ac2b5 (mais de 200 dias) e Id f111d82 (sem movimentação há mais de 60 dias);
- 0010392/16: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – cumprimento – Id 8f18389 (sem movimentação há mais de 30 dias);
- 0010735/16: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – cumprimento – Id 0c096a0 (sem movimentação há mais de 60 dias) e despacho – Id f83fde6 (mais de 20 dias);
- 0010367/16: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – despacho – Id 895b8f2 (mais de 60 dias);
- 0010513/16: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – cumprimento – Id 6ee7007 (mais de 20 dias) e impulso oficial – Id ec0ccb9 (sem movimentação há mais de 60 dias);
- 0010705/16: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – despacho – Id cfddb2 (mais de 30 dias);
- 0011614/16: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – cumprimento – Id 29f5794 (mais de 30 dias) e despacho – Id 2b4bae5 (mais de 30 dias);
- 0010137/17: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – despacho – Id b42be11 (mais de 60 dias);
- 0010125/17: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – despacho – Id d8744901 (mais de 30 dias) e impulso oficial – Id 19312fd (sem movimentação há mais de 30 dias);
- 0010369/17: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – evento 25126841 (mais de 20 dias).



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA

Recomenda-se aos MM. juízes que profiram sentenças líquidas nas causas submetidas ao procedimento sumariíssimo, visando à redução dos incidentes na fase de execução e à obtenção da celeridade e da maior efetividade do processo do trabalho.

2.3. INQUÉRITO JUDICIAL PARA APURAÇÃO DE FALTA GRAVE DE EMPREGADO ESTÁVEL – Consultado o sistema informatizado da Secretaria da Vara do Trabalho, constatou-se que não há, até a presente data, inquérito judicial em tramitação.

2.4. AÇÃO CIVIL PÚBLICA – Consultado o sistema informatizado da Secretaria da Vara do Trabalho, constatou-se que há 8 ações civis públicas, até esta data, em tramitação.

2.5. AÇÃO CIVIL COLETIVA – Consultado o sistema informatizado da Secretaria da Vara do Trabalho, constatou-se que há 3 ações civis coletivas, até a presente data, em tramitação.

3. PRAZO MÉDIO DA PAUTA E DISPONIBILIDADE DA PAUTA –

Prazos médios da pauta/dias corridos

	2015	2016	2017
Procedimento Sumariíssimo	28	25	37
Procedimento Ordinário	35	44	43
Instrução processo físico	125	543	1.193
Instrução processo eletrônico	-	65	144

Apuração conforme dados extraídos do sistema e-Gestão.

Disponibilidade de Pauta/dias corridos

	2015	2016	2017/dias
Procedimento Sumariíssimo	15	18	29-6-2017 – 16 dias
Procedimento Ordinário	28	26	11-7-2017 – 28 dias
Instrução	405	396	26-2-2019 – 623 dias

PRAZOS MÉDIOS (de 1º-1-2017 até 11-6-2017)

(fonte: e-Gestão)

a) conhecimento:

	Quantidade de processos	Prazo médio (em dias)
Do ajuizamento da ação até 1ª audiência – procedimento sumariíssimo (item 263)	0	0
Do ajuizamento da ação até 1ª audiência – procedimento sumariíssimo (item 90263)	331	37,305
Do ajuizamento da ação até 1ª audiência – exceto procedimento sumariíssimo (item 264)	0	0
Do ajuizamento da ação até 1ª audiência – exceto procedimento sumariíssimo (item 90264)	337	43,27



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA

Do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução processual na fase de conhecimento - procedimento sumariíssimo (item 267)	0	0
Do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução processual na fase de conhecimento - procedimento sumariíssimo (item 90267)	368	57,08
Do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução processual na fase de conhecimento – exceto procedimento sumariíssimo (item 268)	10	1.193,7
Do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução processual na fase de conhecimento – exceto procedimento sumariíssimo (item 90268)	319	244,63
Do ajuizamento da ação até a prolação da sentença na fase de conhecimento – procedimento sumariíssimo (item 271)	3	870,66
Do ajuizamento da ação até a prolação da sentença na fase de conhecimento – procedimento sumariíssimo (item 90271)	336	60,05
Do ajuizamento da ação até a prolação da sentença na fase de conhecimento - exceto rito sumariíssimo (item 272)	13	1.124,69
Do ajuizamento da ação até a prolação da sentença na fase de conhecimento - exceto rito sumariíssimo (item 90272)	281	248,22

b) FASE DE LIQUIDAÇÃO (de 1º-1-2017 até 11-6-2017)

(fonte: e-Gestão)

	Quantidade de processos	Prazo médio (em dias)
Do início ao encerramento da liquidação – procedimento sumariíssimo (item 359)	18	536,33
Do início ao encerramento da liquidação – procedimento sumariíssimo (item 90359)	37	106,21
Do início ao encerramento da liquidação – exceto procedimento sumariíssimo (item 371)	51	461,98
Do início ao encerramento da liquidação – exceto procedimento sumariíssimo (item 90371)	27	98,51

c) Fase de execução (de 1º-1-2017 até 11-6-2017)

(fonte: e-Gestão)

	Quantidade de processos	Prazo médio (em dias)
Do início ao encerramento da execução - ente privado (item 275)	137	1.350,44
Do início ao encerramento da execução - ente privado (item 90275)	0	0



**PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA**

Do início ao encerramento da execução – ente público (item 277)	18	3.149,16
Do início ao encerramento da execução – ente público (item 90277)	0	0

No ano 2016, apurou-se que, em 221 dias de expediente forense (segunda-feira a sexta-feira, excluídos, portanto, sábados, domingos e feriados), foram proferidas:

	Ano-2016	Média/dia útil
Sentenças de conhecimento	1.025	4,63
Decisões decorrentes da oposição de embargos de declaração	212	0,95
Decisões na fase de execução	102	0,46
Total	1.33	6,05

4. AUDIÊNCIAS E DESPACHOS – Em maio de 2017, com 22 dias úteis, realizaram-se:

Audiências	Número de Audiências/ Mês	Média/dia útil
Procedimento sumariíssimo	103	4,68
Procedimento ordinário	85	3,86
Instrução	71	3,22
Tentativa de conciliação na fase de conhecimento e/ou execução	43	1,95
Total	302	13,72

No mês de maio de 2017, segundo dados do Boletim Estatístico da Vara, sistema e-Gestão, foram proferidas 54 sentenças de conhecimento, conforme apurado nos itens 40/43 e 46; 90040/90043 e 90046, 9 sentenças decorrentes da oposição de embargos de declaração, conforme itens 115 e 90115. Foram conciliados 66 processos, conforme se verificou dos itens 39 e 90039.

Constatou o Excelentíssimo Desembargador Vice-Corregedor, mediante informação da Secretária da Vara do Trabalho, que, na Unidade, as audiências são realizadas de segunda-



**PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA**

feira a sexta-feira, a partir das 8h23min. O intervalo entre as audiências é de 15 minutos para as de procedimento sumariíssimo, 3 minutos para as de procedimento ordinário e de 30 minutos para as instruções.

Em atendimento ao artigo 18, II da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, declara a magistrada que comparece nesta unidade organizacional de segunda-feira a sexta-feira.

Declara a magistrada, quanto à residência, que cumpre a disposição contida no artigo 30, inciso IV, "c", do Regimento Interno do TRT da 3ª Região e os termos das Instruções Normativas Conjuntas nº 1, de 13-11-2014 e nº 6, de 13-8-2015 e que mantém o cadastro atualizado na Secretaria Geral da Presidência.

De acordo com a Secretária da Vara do Trabalho, na Unidade, são exarados, em média, 658 despachos por semana.

AUXÍLIO FIXO: Recomenda a Corregedoria Regional que, atuando outro magistrado (a) na Vara, seja observado o disposto no artigo 330 do Provimento Geral Consolidado nº 3/2015, do TRT da 3ª Região, que determina que “nas Varas do Trabalho que contarem com Juiz Auxiliar é vedado o comparecimento semanal alternado entre Magistrados”.

5. PRODUÇÃO –

Movimentação Anual de Processos		
	2015	2016
Processos recebidos	1.776	1.862
Média por dia útil	7,89	8,42
Processos remanescentes do ano anterior	750	676
Sentenças anuladas	28	35
Total de processos para solução	2.554	2.573
Processos solucionados	1.816	1.616
Processos conciliados	551	591
Produção	71,10%	62,80%

5.1. Mapeamento Global de Desempenho (MGD) – O Mapeamento Global de Desempenho - MGD, indicador que tem como componentes o Índice de Produtividade e a Força de Trabalho, e cujos dados são extraídos do Sistema e-Gestão, tem por objetivo informar o desempenho das unidades em relação a indicadores que se alinham às metas nacionais e ao Plano Estratégico do TRT3 e, ainda, em relação às outras unidades de 1º Grau. Ao mesmo tempo, possibilita a vara orientar melhor sua atuação, tornando-se um instrumento eficaz de



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA

gestão.

PERÍODO	MGD	Força de Trabalho
Abr/15 a Mar/16	0,4735	0,81
Abr/16 a Mar/17	0,6385	0,76

Fonte: e-Gestão em 10/05/2017

MESOINDICADORES REPARAMETRIZADOS – Abr/16 a Mar/17			
ACERVO	CELERIDADE	PRODUÇÃO	REPRESAMENTO PROCESSUAL
0,5631	0,6881	0,9064	0,4852

Fonte: e-Gestão em 10/05/2017

MACROINDICADORES DO IP	MICROINDICADORES DO IP	VALOR ORIGINAL Abr/15 a Mar/16	VALOR ORIGINAL Abr/16 a Mar/17	MÉDIA VARAS DO TRABALHO Abr/16 a Mar/17	MICRO REPARAME- TRIZADO
ACERVO	ANTIGUIDADE	1.879 dias	1.578 dias	1.538 dias	0,4668
	PENDENTE	4.686	4.218	3.600	0,5045
CELERIDADE	PRAZO MÉDIO	927 dias	1.673 dias	979 dias	0,6881
PRODUÇÃO	ÍNDICE DE CONCILIAÇÃO	32,78%	35,47%	37,89%	0,6738
	ÍNDICE DE SOLUÇÃO	103,18%	85,40%	98,21%	0,9466
REPRESAMENTO PROCESSUAL	TC CONHECIMENTO	35,26%	43,63%	38,08%	0,7160
	TC LIQUIDAÇÃO	56,83%	50,89%	39,35%	0,7600
	TC EXECUÇÃO	75,93%	54,18%	74,86%	0,2484
	TC INCIDENTES PROCESSUAIS	6,77%	22,92%	22,35%	0,3438

Fonte: e-Gestão em 10/05/2017

6. ARRECADAÇÃO –

Contribuição Previdenciária	Imposto de Renda
R\$3.210.809,83	R\$1.255.365,68

7. PORTARIAS – De acordo com a Secretária da Vara do Trabalho, não há Portarias em vigor.

8. BACEN JUD, INFOJUD, RENAJUD e SIMBA – Durante a correição, constatou-se que



**PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA**

a Unidade emprega o BACEN JUD, o INFOJUD e RENAJUD, com o intuito de localizar bens passíveis de penhora, bem como o SIMBA e a aplicação subsidiária dos arts. 772 a 777 do CPC, para a requisição de informações sobre movimentações bancárias. Detectou, ainda, que não havia ordem de bloqueio do BACEN JUD pendente na Vara do Trabalho.

9. DA SECRETARIA – Concluída a Correição, de acordo com os critérios acima especificados, o Excelentíssimo Desembargador Vice-Corregedor examinou 80 autos de processos, sendo que em 26 foram encontrados excessos de prazo, aspectos que deverão ser regularizados. Os prazos processuais, com relação ao impulso oficial, despacho e cumprimento deverão ser observados.

Registra-se que durante os trabalhos de correição, foram observadas as Resoluções Administrativas nº 241, de 2015 e 208, de 2016, referentes ao recesso forense e suspensão dos prazos processuais.

10. RECOMENDAÇÕES:

10.1. RECOMENDAÇÕES GERAIS:

As recomendações gerais serão objeto de Ofício Circular Conjunto a ser enviado para todas as unidades.

10.2: RECOMENDAÇÕES ESPECÍFICAS:

A Corregedoria Regional recomenda que seja (m):

1) exarados os despachos, quando do impulso oficial, no prazo de 5 dias, conforme artigo 226, I, do CPC;

2) observado pela Secretaria o prazo de 5 dias, conforme artigo 228 do CPC;

3) envidados esforços no sentido de regularizar os lançamentos de laudos periciais pendentes no PJe, orientando os peritos quanto aos locais corretos para anexar o laudo pericial e para peticionar/manifestar nos autos, devendo também a secretaria aprovar todos os laudos pendentes. O manual de orientações para peritos judiciais sobre o uso do PJe está disponível no endereço eletrônico: www.trt18.jus.br/portal/arquivos/2016/03/manual_orientacoes_peritos_judiciais_pjejt_1-12-0-3_1g.pdf

4) envidados esforços para aumentar a produção, inclusive no que concerne à Meta 1, tendo em vista os dados apurados nos itens 5 e 11 desta Ata.

5) regularizado, em até 30 dias, o prazo das audiências dos processos sujeitos ao procedimento sumariíssimo que deverão ser realizadas no prazo máximo de quinze dias, conforme artigo 852-B, inciso III, da CLT e meta inserida no planejamento estratégico deste Regional, com a realização de pauta especial de segunda a sexta-feira, se necessário, até que o prazo seja regularizado, devendo ser oficiada a Corregedoria;

6) realizada redução do prazo de designação de audiências nos processos de instrução;



**PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA**

7) regularizados em até 30 dias, pela Dra. Clarice dos Santos Castro, os processos com mais de 30 dias, conforme item 1.5, oficiando a Vice-Corregedoria Regional.

A Corregedoria Regional reitera a necessidade de que sejam observadas as recomendações acima, o que será aferido na próxima correição ou extraordinariamente.

10.3. RECOMENDAÇÕES CONSTANTES NA ATA DE CORREIÇÃO DO ANO 2016:

A Corregedoria Regional verificou que não foram observadas as seguintes recomendações, formuladas naquela oportunidade:

1) os despachos proferidos, quando do impulso oficial e apreciação de documentos, no prazo de 5 dias, conforme artigo 226, I, do CPC;

3) observado pela Secretaria o prazo de 5 dias previsto no artigo 228 do CPC;

4) realizada efetiva redução do prazo de designação de audiências de instrução;

5) regularizado, em até 30 dias, o prazo das audiências dos processos sujeitos ao procedimento sumariíssimo que deverão ser realizadas no prazo máximo de quinze dias, conforme artigo 852-B, inciso III, da CLT e meta inserida no planejamento estratégico deste Regional, com a realização de pauta especial de segunda a sexta-feira, se necessário, até que o prazo seja regularizado, devendo ser oficiada a Corregedoria;

A Corregedoria Regional reitera a observância das recomendações acima.

11. Gestão Estratégica

As metas nacionais e os indicadores do Plano Plurianual 2015/2020 do TRT3 devem ser monitorados para que se possa acompanhar e analisar os resultados institucionais, e a atividade correicional apoia esta iniciativa:

Meta 1 CNJ / Meta 6 CSJT: Índice de Processos Julgados (IPJ) - Julgar pelo menos 90% da quantidade dos processos de conhecimento distribuídos no período.

Em 2016, quando a Meta era “julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente” esta unidade organizacional atingiu o percentual de 83,20%, não tendo cumprido a Meta, sendo que o resultado deste Regional foi de 92,74%.

No ano 2017, até o dia 30-4-2017, o percentual alcançado foi de 99,75%, sendo a média deste Regional para o mesmo período de 102,94%.

Meta 2 CNJ / Meta 7 CSJT: Índice de Processos Antigos (IPA) - Identificar e julgar, até 31-12-2017, pelo menos 90% dos processos distribuídos até 31-12-2015, no 1º grau.

Em 2016, quanto a Meta era “identificar e julgar, até 31-12-16, pelo menos 90% dos processos distribuídos até 31-12-14”, esta unidade organizacional atingiu o percentual de 97,16%, tendo cumprido a Meta, sendo que o resultado deste Regional foi de 110,43%.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA

No ano 2017, até o dia 30-4-2017, o percentual alcançado foi de 109,24%, sendo a média deste Regional para o mesmo período de 95,90%.

Meta 3 CNJ / Meta 9 CSJT: Índice de Conciliação – Fase de Conhecimento (ICONc) - Aumentar o índice de conciliação na fase de conhecimento, em relação à média do biênio 2013/2014, em 6 pontos percentuais, até 2020 (2pp).

Em 2016, quando a Meta era “aumentar o índice de conciliação na fase de conhecimento, em relação a média do biênio 2013/2014 em 2pp em 2016”, esta unidade organizacional atingiu o percentual de 36,53%, não tendo cumprido a Meta, sendo que o resultado deste Regional foi de 90,25%.

No ano 2017, até o dia 30-4-2017, o percentual alcançado foi de 53,01%, sendo a média deste Regional para o mesmo período de 49,07%.

Meta 5 CNJ / Meta 11 CSJT: Índice de Execução (IE) - Baixar pelo menos 90% da quantidade de execuções iniciadas no período.

Em 2016, quando a Meta era “baixar quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução”, esta unidade organizacional atingiu o percentual de 257,24%, tendo cumprido a Meta, sendo que o resultado deste Regional foi de 96,55%.

No ano 2017, até o dia 30-4-2017, o percentual alcançado foi de 155,33%, sendo a média deste Regional para o mesmo período de 88,63%.

Meta 6 CNJ / Meta 8 CSJT: Índice de Ações Coletivas Julgadas (IACJ) - Identificar e julgar, até 31-12-2017, 98% das ações coletivas distribuídas até 31-12-2014 no 1º grau.

Em 2016, quando a meta era “identificar e julgar, até 31-12-16, as ações coletivas distribuídas até 31-12-13 (1º grau)...”, esta unidade organizacional atingiu o percentual de 83,33%, tendo cumprido a Meta, sendo que o resultado deste Regional foi de 97,58%.

No ano 2017, até o dia 30-4-2017, o percentual alcançado foi de 127,55%, sendo a média deste Regional para o mesmo período de 96,54%.

Meta 5 CSJT: Tempo médio de duração do processo: reduzir o prazo médio em relação ao ano base 2014, em 5% até 2020 (2%).

Em 2016, quando a Meta era “reduzir o prazo médio em relação ao ano base de 2014 em 1% em 2016”, o tempo médio de duração do processo desta unidade organizacional foi de 137,24 dias, não tendo cumprido a Meta, sendo que o resultado deste Regional foi de 150 dias.

No ano 2017, até o dia 30-4-2017, o tempo médio alcançado foi de 172,68 dias, sendo o resultado deste Regional para o mesmo período de 162,08 dias.

12. RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL - No que se refere à responsabilidade socioambiental, enfatiza a Corregedoria Regional a importância da observância da Política de responsabilidade socioambiental da Justiça do Trabalho constantes do Ato Conjunto



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA

CSJT.TST.GP nº 24/14 e as orientações da Comissão de Responsabilidade Socioambiental deste Regional.

13. DAS ATIVIDADES E CONDIÇÕES DE SEGURANÇA – Conforme o artigo 12, parágrafo 3º, da Resolução Conjunta nº 4, de 28-2-2014, do Conselho Nacional de Justiça e Conselho Nacional do Ministério Público e no artigo 9º da Resolução nº 176, de 10-6-2013, do Conselho Nacional de Justiça, bem como nas normas que dispõem sobre segurança oriundas do Tribunal Regional, a Corregedoria Regional determina que sejam cumpridas as determinações do Ato Regulamentar Conjunto nº 1, de 15-9-2008 (ARGCJ 1/2008) e da Resolução GP nº 7, de 3-10-2013.

14. OBSERVAÇÕES FINAIS – A Corregedoria Regional recomenda que a Secretaria da Vara aprimore a qualidade dos seus serviços, visando ao elevado cumprimento da sua missão institucional que, conforme o Plano Estratégico do TRT da 3ª Região é “Solucionar conflitos decorrentes das relações de trabalho de forma efetiva e célere, contribuindo para a harmonia social”.

Enfatiza que a qualidade da prestação jurisdicional possibilita o alcance da visão de futuro do TRT da 3ª Região em “ser reconhecido na sociedade pela prestação da tutela jurisdicional dos direitos sociais de qualidade, célere e efetiva e pela excelência dos processos de gestão”, segundo consta no Planejamento Estratégico do TRT da 3ª Região.

Ressalta, ainda, a Corregedoria Regional o caráter pedagógico da correição, assim como a importância da transparência dos dados estatísticos da Secretaria da Vara, proporcionadores do autoconhecimento e de um seguro diagnóstico da Instituição, cujo interior precisa ser exposto para si própria, bem como para a sociedade, destinatária última dos serviços judiciais prestados, tudo conforme foi solene e enfaticamente propugnado pelo CNJ.

Registra-se que o o Excelentíssimo Desembargador Vice-Corregedor não recebeu reclamação de advogados ou partes quanto aos serviços prestados pelo juízo da Vara do Trabalho.

A MM. Juíza Titular e a Secretária da Vara fazem a seguinte manifestação:

Exmo. Corregedor, Senhoras e Senhores Jurisdicionados,

Assumi a titularidade da 30ª Vara do Trabalho da Capital em 19/12/2016, portanto, há apenas 06 meses, juntamente com a Secretária Nildes de Oliveira Freitas.

Recebemos a Unidade com acúmulo de serviços e estamos com 2 claros de lotação. A Unidade ainda conta com um expressivo número de processos físicos, o que inviabiliza a completa transição para o sistema do PJe. Nesse período, além do claro de lotação, duas servidoras da secretaria permaneceram afastadas com licença médica por período superior a 90 dias, o que também contribui para os atrasos nos prazos nos andamentos processuais. Na tentativa de regularizar os serviços, nos meses de março a maio passamos pelo Projeto de Ação Integrada, desenvolvido pela Corregedoria em conjunto com o Apoio à 1ª Instância por meio do qual foram movimentados cerca de 2700 processos físicos que estavam sem movimentação, com prazos vencidos e petições sem



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA

despachos, desde março/2016.


A movimentação de todos esses processos gerou um efeito “rebote” na Secretaria e no Gabinete.

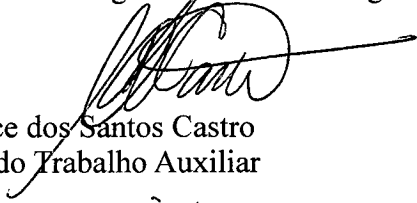
Estamos passando por uma reestruturação das funções dos servidores de Secretaria, treinando e habilitando as servidoras para fazerem minutas e para cumprir despachos, bem como para trabalhar no PJe.

Quanto ao gabinete, no momento, duas das três assistentes de Juiz estão de licença médica, uma delas há mais de 30 dias. Apesar disso não reduzi a pauta de audiência, o que gerou atrasos na prolação de sentença e decisões.

Quando aqui assumi, a designação de audiência de instrução estava sendo feita para o início de julho/2018. Atualmente são realizadas diariamente 5 audiências iniciais do rito ordinário, 5 do rito sumaríssimo e 4 instruções. Temos vagas na pauta de instrução a partir de 08/11/2018 no horário de 10:30; a partir de julho/2017 no horário de 10 horas para instruções de rito sumaríssimo e ainda no mês de junho/2017 para audiências de encerramento de instrução processual.

A Correição Ordinária é encerrada às 14h30min do dia treze de junho de 2017, em sessão pública, antecedida de pregão, do que, para constar, eu, Mozart Secundino de Oliveira Júnior _____, Secretário da Corregedoria, lavrei a presente ata, impressa em frente e verso, a qual, depois de lida e achada conforme, vai assinada pelo Excelentíssimo Desembargador Vice-Corregedor, pela MM. Juíza do Trabalho Titular da Vara, e pela Secretária da Vara do Trabalho. A equipe da Corregedoria Regional, que auxiliou o Excelentíssimo Desembargador Vice-Corregedor, além do Sr. Secretário da Corregedoria acima nominado, foi composta pelos servidores Flávio Mário Fonseca e Jânio Júlio Fernandes e pela Assessora do Excelentíssimo Desembargador Vice-Corregedor Mariana Cristina Araújo Campos J. Campos.


César Pereira da Silva Machado Júnior
Desembargador Vice-Corregedor do TRT/3ª Região


Clarice dos Santos Castro
Juíza do Trabalho Auxiliar


Nildes de Oliveira Freitas
Secretária da Vara do Trabalho

